

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 4/2026

Institui o Programa Regulariza Ribas do Rio Pardo, para pagamento de débitos tributários e não tributários nas modalidades previstas, e dá outras providências.

ROBERSON LUIZ MOUREIRA, Prefeito do Município de Ribas do Rio Pardo, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, **FAZ SABER** que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar Municipal:

CAPÍTULO I **Das disposições gerais**

Art. 1º. Fica instituído o Regulariza Ribas do Rio Pardo, Programa de Conciliação Fiscal para pagamento de débitos tributários e não tributários nas modalidades previstas nesta Lei.

Art. 2º. O projeto de que trata esta Lei Complementar tem como objetivo dar oportunidade aos contribuintes a regularizarem seus débitos junto ao fisco municipal.

Art. 3º. Incluem-se no programa os créditos de qualquer natureza, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou não, com exigibilidade suspensa ou não, inclusive os decorrentes de descumprimento de obrigações principal e/ou acessória, constituídos mediante auto de infração, bem como aqueles que tenham sido objeto de parcelamento não cumprido, independentemente da fase de cobrança, ocorridos até 31/12/2025.

Art. 4º. Não podem ser incluídos no programa os débitos para com a Fazenda Pública Municipal:

I - De natureza contratual;

II - Referentes às indenizações devidas ao Município por danos causados ao seu patrimônio.

III – Débitos decorrentes do descumprimento de obrigações, multas e demais cominações oriundas das leis de posturas do município.

IV – Débitos decorrentes de indenização de terrenos, fundo de urbanização e regularização fundiária, concessão de uso de solo quiosque e honorários advocatícios.

V – Infrações de trânsito.

Art. 5º. O débito em litígio judicial ou administrativo somente poderá ser objeto do programa se o sujeito passivo desistir, de forma irretratável, da impugnação ou do recurso interposto, ou da ação judicial proposta e, cumulativamente, renunciar aos termos anteriores ou quaisquer alegações de direito sobre as quais se fundam o processo administrativo ou a ação judicial respectiva.

CAPÍTULO II **Da adesão ao Programa**



Art. 6º. A adesão ao programa será efetuada mediante requerimento escrito e o parcelamento efetivado mediante assinatura do Termo de Confissão de Dívida e Compromisso de Pagamento, acompanhado do pagamento da primeira parcela ou do débito total.

Art. 7º. A adesão sujeita o contribuinte à aceitação plena de todas as condições estabelecidas nesta Lei, no regulamento e no Termo de Confissão de Dívida e Compromisso de Pagamento e o constitui confissão irretratável e irrevogável da dívida, com reconhecimento da certeza e liquidez do valor do débito nele descrito, interrompendo o prazo prescricional.

§ 1º. A adesão ao programa opera novação do lançamento anterior à luz do art. 110 do Código Tributário Nacional c/c o art. 360, inciso I, do Código Civil.

§ 2º. A adesão sujeita ainda o contribuinte:

I – Ao pagamento regular das parcelas do débito consolidado;

II – Ao pagamento regular dos tributos municipais com vencimento posterior à data da adesão.

Art. 8º. O pedido de parcelamento administrativo deverá ser apresentado junto ao Setor de Tributos até o dia 31 de dezembro de 2026.

CAPÍTULO III

Do parcelamento e do pagamento

Art. 9º. Os débitos apurados serão atualizados monetariamente sendo ainda incorporados os acréscimos previstos na legislação vigente, até a data da adesão, podendo ser liquidados conforme as reduções previstas nesta Lei.

Art. 10. O parcelamento do débito perante a Fazenda Pública Municipal poderá ser efetuado em até 24 (vinte e quatro) parcelas mensais e sucessivas.

§ 1º. Nenhuma parcela poderá ser inferior a 05 (cinco) unidades fiscais do Município para pessoa física e de 10 (dez) unidades fiscais do Município para pessoa jurídica.

§ 2º. Em caso de parcelamento de débitos já ajuizados, a Ação de Execução Fiscal ficará suspensa até o pagamento final do acordo de parcelamento.

Art. 11. O contribuinte poderá efetuar o pagamento do débito nas seguintes condições:

I – Pagamento à vista (parcela única) com exclusão total da multa por infração, da multa e juros de mora;

II – Em até 06 (seis) parcelas mensais sucessivas, com desconto de 90% (noventa por cento) dos juros e multa de mora e da multa por infração;

III – De 7 (sete) a 12 (doze) parcelas mensais sucessivas, com desconto de 80% (oitenta por cento) dos juros e multa de mora e da multa por infração;

IV – De 13 (treze) até 24 (vinte e quatro) parcelas mensais sucessivas, com desconto de 60% (sessenta por cento) dos juros e multa de mora e da multa por infração.

§ 1º. No caso de débitos ajuizados serão devidos ainda os honorários advocatícios no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor do débito atualizado ou o percentual afixado em decisão judicial.

§ 2º. O vencimento das parcelas subsequentes ocorrerá 30 (trinta) dias após o vencimento da parcela anterior.

§ 3º. Quando o vencimento da parcela coincidir com dia não útil, este será prorrogado ao primeiro dia útil subsequente.



Art. 12. Em caso de parcelamento, as parcelas serão fixadas de acordo com as seguintes regras:

I – Parcela inicial ou parcela de entrada:

a) Para os débitos não ajuizados a parcela inicial (entrada) não poderá ser inferior a 10% (dez por cento) do valor atualizado do débito;

b) Para os débitos ajuizados a parcela inicial (entrada) não poderá ser inferior a 15% (quinze por cento) do valor atualizado do débito, acrescida dos honorários advocatícios no percentual de 10% (dez por cento) do valor do débito atualizado ou o percentual afixado em decisão judicial.

II – Parcelas intermediárias: resultará da divisão do saldo remanescente ao pagamento da primeira parcela pelo número de parcelas do parcelamento.

Art. 13. O montante dos descontos de que trata o artigo 11 desta Lei ficará automaticamente quitado, com a consequente remissão da dívida para todos os fins e efeitos de direito.

Art. 14. O não pagamento das parcelas previstas no Termo de Confissão e Compromisso de Pagamento na data fixada para seu vencimento implicará no acréscimo de:

I - Juros de mora;

II - Multa moratória;

III – Correção monetária.

§ 1º. Os juros de mora de que trata o inciso I serão calculados à razão de 1% (um por cento) ao mês, devidos a partir do dia imediato ao do vencimento da parcela, calculados sobre o valor monetariamente atualizado, contando-se como mês completo qualquer fração dele, seja qual for o motivo determinante da falta de recolhimento do tributo.

§ 2º. A multa de mora de que trata o inciso II, será aplicada em:

a) 2% (dois por cento), sobre o valor atualizado do crédito de qualquer natureza, em se tratando de recolhimento espontâneo;

b) 10% (dez por cento), quando se tratar de débito que já tenha sido objeto de parcelamento anteriormente assumido e não cumprido, consolidado e reparcelado no presente Regulariza Ribas do Rio Pardo.

§ 3º. A correção monetária será realizada com base no índice de correção dos tributos municipais previsto em Lei Municipal.

Art. 15. O contribuinte será excluído do programa diante da ocorrência de uma das seguintes hipóteses:

I – Inobservância de qualquer das exigências estabelecidas nesta Lei Complementar;

II – Prática de qualquer ato ou procedimento tendente a omitir informações, a diminuir ou a subtrair irregularmente débitos;

III - Inadimplência de 03 (três) parcelas, relativamente a qualquer tributo abrangido pelo programa, inclusive decorrentes de fatos geradores ocorridos posteriormente à data de adesão.

Parágrafo único. A exclusão do contribuinte acarretará a imediata exigibilidade da totalidade do débito confessado e não pago, aplicando-se sobre o montante os devidos acréscimos legais, previstos na legislação municipal vigente à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores e, em sendo o caso, o restabelecimento da penalidade em sua integralidade, por infração fiscal decorrente do descumprimento de obrigações principais e/ou acessórias.

Art. 16. No Termo de Confissão de Dívida e Compromisso de Pagamento, constará:

I - Identificação e assinatura do devedor ou responsável;

II - Número da Carteira de Identidade RG e órgão expedidor, de inscrição no Cadastro de Pessoa Física - CPF ou no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do devedor e/ou do responsável;

III - Número de inscrição municipal, endereço completo, telefônico e e-mail do devedor e/ou do responsável;

IV - Origem do débito, inclusive juros, multas e quaisquer outros acréscimos que deram origem à dívida;

V - Valor total da dívida;



VI - Número de parcelas concedidas;

VII - Valor de cada parcela;

VIII - Normas pertinentes ao parcelamento efetuado;

IX - Valor dos descontos concedidos, dos juros de mora, da multa por infração e da multa de mora.

Parágrafo único. O requerimento e o Termo de Confissão de Dívida e Compromisso de Pagamento devem ser firmados pelo contribuinte ou mandatário com procuração com poderes específicos para tanto, e serem instruídos com cópia dos seguintes documentos:

I – Pessoa Física: RG, CPF e Comprovante de endereço do contribuinte aderente;

II – Pessoa Jurídica: Contrato Social atualizado, RG, CPF e Comprovante de endereço do representante legal.

CAPÍTULO IV

Do desconto para pagamento do ITBI em operações societárias

Art. 17. Fica concedido, no âmbito do Programa Regulariza Ribas do Rio Pardo, o desconto de 30% (trinta por cento) sobre o valor do crédito tributário relativo ao Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), incluídas multas e demais acréscimos legais, para pagamento em parcela única, incidente sobre as seguintes operações:

I – Integralização ao patrimônio de pessoa jurídica, em realização de capital, em relação ao valor do capital subscrito, quando houver constatado, por meio de processo administrativo regular, valor excedente passível de incidência do ITBI;

II – Fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, quando houver constatado, por meio de processo administrativo regular, valor excedente passível de incidência do ITBI;

III – Desincorporação do patrimônio da pessoa jurídica a que foram conferidos, quando houver constatado, por meio de processo administrativo regular, valor excedente passível de incidência do ITBI.

Parágrafo único. Os demais fatos geradores do ITBI previstos na legislação municipal não são abrangidos pelo desconto de que trata este artigo.

Art. 18. O benefício previsto neste Capítulo:

I – Não autoriza a restituição ou a compensação de importâncias já pagas, em hipótese alguma;

II – Será aplicável exclusivamente aos créditos tributários decorrentes de fatos geradores ocorridos a partir da data de entrada em vigor desta Lei Complementar;

III – Condiciona-se ao pagamento integral e à vista do imposto, não sendo extensivo a parcelamentos ou compensações;

IV – Não configura renúncia de receita para fins da Lei de Responsabilidade Fiscal, porquanto se destina a viabilizar a arrecadação de créditos cuja exigibilidade era duvidosa ou de difícil recuperação.

Art. 19. O desconto de que trata este Capítulo será requerido administrativamente pelo contribuinte, no Setor de Tributos, acompanhado da documentação comprobatória da operação societária e do laudo de avaliação do bem imóvel, quando exigido.

Art. 20. Aplicam-se subsidiariamente ao disposto neste Capítulo as regras do Capítulo II (Da adesão ao Programa) e do Capítulo VIII (Disposições finais) desta Lei Complementar, além das regras e demais condições previstas nesta lei.

CAPÍTULO V



Das fases e cobrança de créditos tributários e não tributários no âmbito municipal

Art. 21. Para fins de cobrança e reconhecimento da dívida pelo devedor, o contribuinte que aderir ao programa deverá assinar termo de confissão e reconhecimento de dívida, podendo este termo valer como garantia para fins de promoção da execução fiscal judicial, conforme o caso.

§ 1º - A recusa da assinatura ao termo de que trata o caput deste artigo implica na impossibilidade de adesão ao Programa.

§ 2º - Todos os termos serão dirigidos aos responsáveis pelo débito, nos termos da lei, bem como certificarão o prazo para pagamento ou manifestação do devedor sobre a sua dívida, inclusive com o aviso de inscrição da dívida ativa, quando for o caso.

§ 3º - Após a assinatura do termo, os créditos tributários e não tributários, inscritos na dívida ativa ou não, estarão aptos a serem exigidos pelo Município por todos os meios legais admitidos em direito, inclusive para fins de cumprimento da Resolução nº 547/2024 do Conselho Nacional de Justiça.

Art. 22. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a protestar extrajudicialmente, independentemente de seu valor e sem prévio depósito de emolumentos, custas ou qualquer despesa para o Município, as Certidões de Dívida Ativa (CDA) dos créditos tributários e não-tributários do Município, reconhecidos e não pagos pelo contribuinte durante a vigência do Programa.

§ 1º - A adoção das medidas previstas nesta Lei Complementar não afasta a incidência de atualização monetária e juros de mora, nem elide a exigência de prova da quitação para com a Fazenda Municipal, quando prevista em Lei.

§ 2º - A existência de processo de execução fiscal em desfavor do devedor, não impede que o Município efetue o protesto desses créditos, com os valores devidamente atualizados.

§ 3º - O Município buscará a resolução das demandas preferencialmente de forma extrajudicial, devendo propor as execuções fiscais apenas nos casos já consolidados na dívida ativa municipal.

Art. 23. Nos termos da Lei Complementar Federal nº 208/2024, o protesto em cartório da dívida pública municipal interrompe o prazo prescricional, para fins de promoção de ação de cobrança de crédito tributário.

Art. 24. Os pagamentos dos valores devidos pelo protesto das Certidões de Dívida Ativa (CDA) expedidas pela Fazenda Pública correrão por conta dos contribuintes inadimplentes, cabendo a eles também a comprovação da quitação de débito, junto ao Município, para fins de cancelamento do protesto.

Parágrafo único. Somente ocorrerá o cancelamento do protesto após o pagamento total da dívida, com o recolhimento de todas as taxas e demais encargos cabíveis.

Art. 25. Nos termos desta Lei Complementar, o contribuinte que fizer a adesão ao programa, nos termos da Resolução nº 547/2024 do Conselho Nacional de Justiça, será submetido a três fases de cobranças de créditos tributários e não tributários, sendo elas:

I – Fase administrativa;

II – Protesto da dívida;

III – Cobrança Judicial.

Art. 26. Na fase administrativa o contribuinte será notificado de seus débitos junto ao fisco municipal e terá o prazo de até 30 (trinta) dias para comparecer ao setor de fiscalização e tributos e aderir ao programa nos termos desta Lei.

§ 1º - A notificação de que trata o caput deste artigo poderá ser feita via postal, por carta registrada, por ato fiscal (notificação de cobrança amigável), por meio eletrônico, e-mail, por edital ou por qualquer outro meio, desde que garantida a ciência do devedor sobre a sua dívida.



§ 2º - A recusa do recebimento da notificação pelo devedor, não constitui impedimento à ciência da dívida, podendo o agente municipal certificar esta recusa no ato da notificação.

§ 3º - Todas as notificações serão dirigidas aos responsáveis pelo débito, nos termos da lei, bem como certificarão o prazo para adesão ao Programa de que trata esta Lei.

§ 4º - Quando se tratar de notificação por meio eletrônico ou qualquer outro meio que implique em ato de reconhecimento exclusivo do devedor, o Município poderá certificar a sua ciência mediante a leitura da mensagem ou informações encaminhadas ao jurisdicionado.

§ 5º - Após a notificação, os créditos tributários e não tributários, inscritos na dívida ativa ou não, estarão aptos a serem exigidos pelo Município por todos os meios legais admitidos em direito, inclusive para fins de cumprimento da Resolução nº 547/2024 do Conselho Nacional de Justiça.

Art. 27. Após transcorrido o prazo da notificação para adesão ao programa, não tendo o contribuinte comparecido ao setor de fiscalização e tributos para a regularização de seus débitos junto ao fisco municipal, serão os débitos remetidos aos seguintes órgãos:

I - Cartórios de Registros e de Protestos, desta e de outras comarcas;

II - Órgãos de Proteção ao Crédito entre os quais: SPC e SERASA.

§ 1º - Os Cartórios de Registros e de Protestos deverão realizar a cobrança dos débitos municipais, nos termos desta Lei, observadas as disposições de seus regimentos, de modo que, o não pagamento da dívida ensejará o protesto em nome do devedor, inclusive concedendo os descontos previstos nesta Lei e parcelamento se for o caso.

§ 2º - Os órgãos de Proteção ao Crédito deverão realizar a cobrança dos débitos municipais, nos termos desta Lei, observadas as disposições de seus regimentos, de modo que, o não pagamento da dívida ensejará a negativação do nome do devedor e na inscrição de seu nome no rol de inadimplentes.

§ 3º - Caso o contribuinte decida pela adesão aos descontos e parcelamento dos créditos tributários, o setor Tributário fará a suspensão da cobrança e negativação nos órgãos mencionados no caput deste artigo. Em caso de inadimplemento, o saldo remanescente voltará a sua origem e negativação.

Art. 28. Transcorrido 30 (trinta) dias desde o início da fase do protesto, sem que o devedor tenha quitado sua dívida, dar-se-á início à fase de cobrança judicial.

Art. 29. Na fase de cobrança judicial a dívida será remetida à Procuradoria Jurídica do Município que deverá ingressar com a execução fiscal competente para a garantia do débito.

§ 1º - A execução judicial deverá ser intentada juntamente com cópia de todos os documentos e atos da primeira e segunda fase de cobrança de que trata esta Lei, para fins de cumprimento da Resolução nº 547/2024 do Conselho Nacional de Justiça.

§ 2º - A execução judicial será promovida em desfavor do devedor, independentemente da existência de Protesto em cartório e/ou da negativação de seu nome.

§ 3º - Para garantia e satisfação do crédito exequendo, a Procuradoria Jurídica Municipal poderá valer-se da penhora de bem específico do devedor, com a utilização do Cadastro Nacional de Indisponibilidade de Bens (CNIB), nos termos do Provimento nº 188/2024 do Conselho Nacional de Justiça.

§ 4º - A ação judicial ou execução fiscal será promovida nos termos da legislação própria.

Art. 30. Pode ser dispensada a exigência do protesto extrajudicial de dívida municipal, nas seguintes hipóteses, sem prejuízo de outras, conforme análise do juiz no caso concreto:

I – Comunicação da inscrição em dívida ativa aos órgãos que operam bancos de dados e cadastros relativos a consumidores e aos serviços de proteção ao crédito, tais como SPC, SERASA e congêneres;

II – Existência da averbação, inclusive por meio eletrônico, da certidão de dívida ativa nos órgãos de registro de bens e direitos sujeitos a arresto ou penhora; ou

III – Indicação, no ato de ajuizamento da execução fiscal, de bens ou direitos penhoráveis de titularidade do



executado.

CAPÍTULO VI

Das notificações, intimações e comunicações oficiais

Art. 31. Fica autorizada, no âmbito do Setor de Tributos do Município, a utilização de meios digitais para a realização de notificações, intimações e comunicações oficiais relativas a procedimentos administrativos tributários, inclusive de fiscalização, lançamento, revisão, cobrança administrativa e demais atos de competência da administração tributária municipal.

Art. 32. Consideram-se meios digitais válidos, entre outros:

I – Aplicativos de mensagens instantâneas, especialmente o WhatsApp;

II – Correio eletrônico (e-mail);

III – Outros meios eletrônicos oficialmente adotados pelo Município.

Art. 33. A utilização de meios digitais para fins de notificação e intimação observará, obrigatoriamente, as seguintes condições:

I – Existência de cadastro prévio do contribuinte, responsável tributário ou representante legal junto ao Município, com indicação expressa de número de telefone e/ou endereço eletrônico;

II – Manifestação de concordância do contribuinte quanto ao recebimento de comunicações por meio digital, a qual poderá ser formalizada no próprio cadastro, em requerimento administrativo ou em outro instrumento admitido pelo Setor de Tributos;

III – Identificação clara do órgão emissor da comunicação, do servidor responsável pelo envio e do respectivo processo administrativo;

IV – Preservação da integridade, da autenticidade e da rastreabilidade da comunicação realizada.

Art. 34. As notificações e intimações realizadas por meio digital terão plena validade jurídica para todos os fins administrativos, desde que seja possível comprovar:

I – O envio da comunicação ao número de telefone ou endereço eletrônico informado pelo contribuinte; e

II – A confirmação de entrega da mensagem ou o registro técnico de envio, quando o meio utilizado não permitir confirmação expressa de leitura.

Parágrafo único. Na impossibilidade de comprovação do envio ou da entrega, a unidade responsável deverá promover nova tentativa de comunicação ou realizar a notificação pelos meios convencionais previstos na legislação municipal.

Art. 35. Considerar-se-á realizada a notificação ou intimação digital:

I – Na data da confirmação de leitura da mensagem; ou

II – Na data do registro de entrega pelo sistema utilizado, quando não houver funcionalidade de confirmação de leitura.

Art. 36. O contribuinte poderá, a qualquer tempo, solicitar a exclusão, alteração ou atualização de seus dados de contato, bem como optar formalmente pela não utilização dos meios digitais, hipótese em que as comunicações passarão a ser realizadas exclusivamente pelos meios tradicionais.

Art. 37. Compete ao Setor de Tributos:

I – Manter sistema de controle das comunicações digitais realizadas, com registro do conteúdo enviado, data, horário, meio utilizado e identificação do servidor responsável;



II – Adotar procedimentos internos de segurança da informação, com vistas à proteção dos dados pessoais tratados no âmbito das comunicações digitais;

III – Orientar os servidores quanto ao uso adequado dos meios digitais institucionais;

IV – Assegurar que as comunicações sejam realizadas exclusivamente por canais oficiais do Município, vedada a utilização de contas pessoais dos servidores para fins institucionais.

Art. 38. As comunicações digitais deverão, sempre que possível, conter:

I – Identificação do processo administrativo;

II – Descrição objetiva do ato praticado ou da providência exigida;

III – Prazo para manifestação do interessado, quando aplicável;

IV – Indicação da unidade administrativa responsável.

Art. 39. Os documentos encaminhados por meio digital ao contribuinte ou recebidos do interessado deverão ser juntados aos respectivos processos administrativos, físicos ou eletrônicos, para fins de controle, fiscalização e eventual comprovação futura.

Art. 40. A utilização de meios digitais não afasta, em nenhuma hipótese, a possibilidade de realização de notificações e intimações por outros meios legalmente admitidos, sempre que necessário para assegurar a regularidade do procedimento administrativo tributário.

Art. 41. O tratamento de dados pessoais realizado em razão da aplicação desta Lei deverá observar as disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, especialmente quanto à finalidade, necessidade, segurança e proteção das informações dos contribuintes.

Art. 42. Os casos omissos e as situações específicas relacionadas à operacionalização das notificações digitais serão disciplinados por instrução normativa expedida pelo órgão responsável pela administração tributária municipal.

CAPÍTULO VII

Da celebração de convênios para cobrança de dívidas municipais

Art. 43. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar convênios com os Cartórios de Registros e de Protestos, desta e de outras comarcas, com os órgãos da Administração Pública Estadual e Federal e com os órgãos de Proteção ao Crédito entre os quais: SPC, SERASA, CADIN, visando à garantia do recebimento da dívida pública municipal.

Art. 44. O convênio firmado entre o Poder Público Municipal e os demais órgãos de cobrança deverá dispor sobre as condições para a exigência municipal, para o registro dos protestos de Certidões de Dívida Ativa – CDA expedidas pela Fazenda Pública Municipal e dos respectivos atos a serem realizados, observado o disposto em Legislação Federal e Estadual.

Art. 45. Com o inadimplemento dos créditos tributários e não tributários, reconhecidos e não pagos pelo contribuinte durante a vigência do Programa, fica autorizada a inscrição do devedor em qualquer cadastro informativo dos órgãos de proteção de crédito, podendo o Município:

I – Oficiar o Departamento Estadual de Trânsito - Detran/MS e as entidades correlatas dos demais entes da



federação, mencionando sobre a inscrição em dívida ativa e possíveis constrições da dívida municipal em desfavor do devedor;

II - Oficiar ao Cartório de Registro de Imóveis e demais cartórios desta e de outras comarcas, se necessário, mencionando sobre a inscrição em dívida ativa e possíveis constrições da dívida municipal em desfavor do devedor;

III – Proceder com a cobrança bancária;

IV - Firmar convênios com outros entes da Federação para eficiência na cobrança;

V - Utilizar mecanismos de dados de informática para implementar a eficiência na arrecadação, diminuição da inadimplência e eficiência nas execuções;

VI - Realizar outras providências previstas na legislação tributária municipal ou processual.

Parágrafo único. As medidas previstas neste artigo não obstam a execução dos créditos inscritos em dívida ativa, por meio da Lei Federal de Execução Fiscal, nem as garantias previstas nos artigos 183 a 193 do Código Tributário Nacional (Lei Federal nº 5.172/66).

CAPÍTULO VIII

Disposições finais

Art. 46. Não haverá aplicação de penalidades e multa pelo descumprimento da obrigação principal sobre os débitos não lançados, declarados espontaneamente, por ocasião da adesão.

Art. 47. Os descontos concedidos por esta Lei Complementar não conferem quaisquer direitos à restituição, no todo ou em parte, de importâncias já pagas, a qualquer título, antes do início de sua vigência.

Art. 48. O Poder Executivo, em casos excepcionais, fica autorizado a promover o agrupamento de débitos de qualquer natureza, inscritos em dívida ativa, ajuizados ou não, com exigibilidade suspensa ou não, de um mesmo proprietário de diversas inscrições imobiliárias em uma única inscrição imobiliária.

Art. 49. Nos termos do artigo 3º da Resolução nº 617/2025 do Conselho Nacional de Justiça, que incluiu o parágrafo único no artigo 4º da Resolução de nº 547/2024 do Conselho Nacional de Justiça, os documentos a serem remetidos pelos cartórios ao Município não devem ter a cobrança de emolumentos.

Art. 50. O Poder Executivo poderá regulamentar por decreto, no que couber, a presente Lei Complementar.

Art. 51. As obrigações e disposições acessórias previstas nesta Lei Complementar possuem aplicação e vigência por prazo indeterminado, devendo o Poder Público Municipal proceder e adotar integralmente as regras do Regulariza Ribas do Rio Pardo, no que couber.

Art. 52. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ROBERSON LUIZ MOUREIA
PREFEITO MUNICIPAL



ANEXO I
TERMO DE NOVAÇÃO E CONFISSÃO DE DÍVIDA TRIBUTÁRIA MUNICIPAL COM
COMPROMISSO DE PAGAMENTO – REGULARIZA RIBAS DO RIO PARDO

O **MUNICÍPIO DE RIBAS DO RIO PARDO**, pessoa jurídica de Direito Público interno, inscrito no CNPJ nº 03.501.541/0001-91, situado na R. Conceição do Rio Pardo, 1872 - São Sebastiao, Ribas do Rio Pardo - MS, 79180-000, neste ato representado pelo Chefe de fiscalização de Tributos Municipal, que este subscreve, vem por meio deste, firmar o compromisso de pagamento de débito, com base nas cláusulas abaixo descritas:

REQUERENTE: (Nome completo, estado civil, profissão, nacionalidade, RG, CPF, endereço completo).

IMÓVEL: (Descrição completa do imóvel, matrícula, inscrição municipal, endereço completo e demais dados de identificação).

Dados do débito

Origem:

Valor original:

Juros:

Multa:

Correção monetária:

Penalidades:

O Contribuinte acima identificado, requer o parcelamento dos débitos do imóvel junto à Prefeitura Municipal acima discriminados nos termos do parcelamento abaixo:

Dados do Parcelamento

Valor repactuado:

Data:

Número:

Número de Parcelas:

Modalidade: (especificar parcelas e descontos)

Entrada: (valor e data)

Vencimentos subsequentes: (especificar os valores e datas)

O Requerente declara, outrossim, estar ciente de que o presente pedido importa:

a) Em confissão irretratável da dívida e configura confissão extrajudicial nos termos dos artigos 348, 354 do código de Processo Civil;



JUSTIFICATIVA

MENSAGEM 032/2026 AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 004 DE 04 DE SETEMBRO DE 2026.

Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Municipal,
Senhores Vereadores (as),

Tenho a honra de submeter à apreciação dessa Casa de Leis o anexo Projeto de Lei Complementar nº. 004/2026 que ***“Institui o Programa Regulariza Ribas do Rio Pardo, para pagamento de débitos tributários e não tributários nas modalidades previstas, e dá outras providências”***.

O Programa Regulariza Ribas do Rio Pardo institui regime especial e facultativo de regularização de créditos municipais, destinado às pessoas físicas e jurídicas, mediante a possibilidade de parcelamento dos débitos e concessão de descontos sobre multas, juros e demais encargos legais incidentes, observados os limites e condições estabelecidos na norma proposta.

O objetivo central da medida é viabilizar a regularização fiscal dos contribuintes de forma equilibrada e eficiente, promovendo, simultaneamente, benefícios ao administrado — que passa a contar com condições mais adequadas para quitação de seus débitos — e à Administração Municipal, que amplia a recuperação de seus créditos, reduz o estoque de dívida ativa e contribui para a diminuição do número de execuções fiscais em trâmite na Comarca.

Os benefícios contemplados no programa consistem, essencialmente, na concessão de descontos sobre juros e multas decorrentes do inadimplemento da obrigação principal, na redução de créditos de natureza administrativa e judicial, tributários ou não, inclusive oriundos de obrigação acessória, bem como na possibilidade de parcelamento.

De forma objetiva, trata-se de instrumento de incentivo à regularização fiscal, voltado ao incremento da arrecadação municipal e ao fortalecimento das políticas públicas, sem prejuízo da observância dos princípios da legalidade, da eficiência e da responsabilidade fiscal

A presente iniciativa se revela especialmente relevante para o custeio das despesas ordinárias e permanentes da Administração Pública Municipal, tais como saúde, educação, segurança, serviço da dívida fundada, folha de pagamento, entre outras, contribuindo para a manutenção do equilíbrio financeiro do Município.

Nesse contexto, a Administração Municipal vem buscando, de forma contínua, mecanismos jurídicos adequados para preservar a economia local, fortalecer a capacidade arrecadatória e assegurar a sustentabilidade das finanças públicas, sem recorrer, prioritariamente, a medidas judiciais de natureza coercitiva.

O projeto propõe condições diferenciadas para quitação dos débitos municipais, de modo a não comprometer excessivamente o orçamento familiar ou empresarial dos contribuintes, ao mesmo tempo em que estabelece uma nova dinâmica de relacionamento entre o Fisco Municipal e o contribuinte em situação de inadimplência.

Ressalte-se que constitui dever do gestor público adotar providências destinadas à contenção do crescimento do estoque da dívida ativa municipal, em estrita observância à Lei Complementar Federal nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

Nesse sentido, a instituição de programas de regularização, com previsão de parcelamentos e redução de encargos moratórios, configura medida legítima e eficaz para a recuperação de créditos públicos, sendo este o propósito



principal da presente proposição legislativa.

Além disso, o Projeto de Lei Complementar ora encaminhado tem, entre seus objetivos específicos:

- minimizar o crescimento do estoque da dívida ativa municipal, atualmente em patamar que demanda atenção dos órgãos de controle externo, em especial do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul;
- ampliar a capacidade de recuperação de receitas próprias do Município;
- assegurar o cumprimento dos deveres de gestão fiscal responsável;
- facilitar ao contribuinte inadimplente a regularização de seus débitos, mediante a redução de encargos moratórios e a ampliação das formas de pagamento.

Dessa forma, a Administração Pública Municipal busca implementar soluções juridicamente adequadas para a redução do estoque da dívida ativa, privilegiando mecanismos consensuais e administrativos, em detrimento da judicialização excessiva.

Cumprir destacar que, conforme levantamento divulgado no ano de 2023 pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, o número de execuções fiscais em tramitação no Estado atingiu o expressivo montante de 10.393.400 (dez milhões, trezentos e noventa e três mil e quatrocentos) processos, sendo aproximadamente 89% (oitenta e nove por cento) correspondentes a execuções fiscais de natureza municipal.

À vista desse cenário, o presente Projeto de Lei institui regime especial de pagamento de débitos municipais e promove a necessária adequação legislativa do Município às diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 547/2024 do Conselho Nacional de Justiça.

Por meio do Programa Regulariza Ribas do Rio Pardo, o Município poderá, ainda, firmar parcerias e convênios com órgãos e entidades da Administração Pública, direta e indireta, visando à melhoria dos mecanismos de cobrança administrativa, ao controle do estoque da dívida ativa e ao aperfeiçoamento da recuperação de créditos.

Diferentemente dos tradicionais programas de refinanciamento, o Regulariza Ribas do Rio Pardo não se limita à concessão de benefícios fiscais, mas estabelece um verdadeiro modelo de gestão da dívida ativa municipal, alinhado às exigências da Resolução nº 547/2024, com a adoção obrigatória de medidas administrativas prévias à propositura de execuções fiscais.

Entre os principais benefícios e instrumentos previstos, destacam-se: pagamento parcelado; descontos sobre juros, multas e demais encargos legais; estímulo à regularização espontânea; prevenção do ajuizamento de execuções fiscais; implementação de procedimentos de conciliação administrativa; celebração de convênios interinstitucionais; e intercâmbio de informações com entidades públicas e privadas, nos limites da legislação aplicável.

Além das hipóteses de regularização de débitos em geral, o Programa Regulariza Ribas do Rio Pardo contempla, em seu Capítulo IV, o regime especial de incentivo à quitação do Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) incidente sobre operações societárias — tais como integralização de capital, fusão, incorporação, cisão, extinção e desincorporação de bens do patrimônio de pessoa jurídica — nas quais tenha sido constatado, por meio de processo administrativo regular, valor excedente passível de incidência do imposto, nos termos do entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal no Tema 796 da Repercussão Geral (RE 796.376/SC).

Para essas operações específicas, o projeto autoriza a concessão de desconto de 30% (trinta por cento) sobre o valor do ITBI apurado, incluídas multas e demais acréscimos legais, condicionado ao pagamento integral e à vista do tributo.



A medida visa estimular o encerramento regular dos processos administrativos atualmente paralisados, convertendo procedimentos fiscais pendentes em receita pública imediata, sem implicar renúncia indevida de receita, uma vez que se destina a viabilizar a arrecadação de créditos cuja exigibilidade era duvidosa ou de difícil recuperação, em conformidade com o art. 151, inciso I, do Código Tributário Nacional.

Ademais, a Resolução nº 547/2024 do Conselho Nacional de Justiça estabelece, de forma expressa, que os Municípios devem adotar medidas administrativas de solução consensual antes do ajuizamento das execuções fiscais.

Em consonância com essa diretriz, o artigo 3º do Projeto de Lei define as espécies de débitos abrangidos pelo regime especial, enquanto o artigo 8º dispõe sobre o período de adesão ao programa, configurando a própria possibilidade de parcelamento e regularização administrativa como etapa obrigatória de cobrança.

A referida Resolução também determina a adoção do protesto extrajudicial das certidões de dívida ativa não quitadas na via administrativa.

Nesse contexto, o Regulariza Ribas do Rio Pardo estrutura três fases distintas e complementares de cobrança e controle da dívida municipal:

- fase administrativa, com chamamento do devedor para regularização e adesão ao programa, em condições mais vantajosas;
- fase de protesto da dívida, após frustrada a tentativa administrativa;
- fase de cobrança judicial, somente após esgotadas as medidas de solução administrativa e consensual.

Atendendo às disposições da Resolução nº 547/2024, o Projeto de Lei assegura, ainda, a prévia notificação dos devedores e a oferta de condições de pagamento mais favoráveis do que aquelas usualmente praticadas na execução fiscal.

Para tanto, o projeto disciplina as notificações e o chamamento dos devedores para adesão ao regime, ao passo que autoriza o protesto dos débitos junto aos órgãos competentes, inclusive cartórios e entidades de proteção ao crédito.

Quanto à possibilidade de celebração de convênios com órgãos e entidades da Administração Pública, prevista no artigo 4º da Resolução nº 547/2024, o Projeto de Lei contempla regra específica.

Já no tocante às hipóteses em que se mostre inevitável o ajuizamento da execução fiscal, o projeto estabelece que os processos deverão ser instruídos com os elementos necessários à localização de bens, indicação à penhora e demais requisitos previstos na normativa do Conselho Nacional de Justiça.

Com vistas a conferir maior efetividade à constrição patrimonial, o Projeto de Lei também se harmoniza com o Provimento nº 188/2024 da Corregedoria Nacional de Justiça, que instituiu novas funcionalidades do sistema CNIB 2.0, permitindo a individualização de bens passíveis de constrição.

Demonstra-se, portanto, que o Programa Regulariza Ribas do Rio Pardo representa instrumento de elevada relevância para a gestão fiscal do Município, na medida em que aperfeiçoa o controle do estoque da dívida ativa, amplia a recuperação administrativa de créditos e promove a adequada conformação da legislação municipal às inovações introduzidas pela Resolução nº 547/2024 do Conselho Nacional de Justiça, de observância obrigatória pelos entes municipais.



Diante do elevado volume de execuções fiscais municipais ajuizadas anualmente, o Conselho Nacional de Justiça, no exercício de suas atribuições constitucionais, passou a estimular, a partir de 2024, a institucionalização de meios extrajudiciais de recuperação de créditos públicos.

A diretriz busca fomentar a recuperação de créditos tributários e não tributários, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou não, por meio de procedimentos administrativos e extrajudiciais, mais céleres, eficientes e menos onerosos para o Poder Judiciário e para os contribuintes.

Não se mostra mais razoável sobrecarregar o Judiciário com execuções fiscais de reduzida efetividade, quando existem instrumentos administrativos capazes de assegurar a recuperação dos créditos de forma consensual, com menores custos institucionais e sociais.

Foi exatamente a partir dessa compreensão que esta Administração Municipal optou por regulamentar, de forma estruturada e compatível com a realidade local, a cobrança administrativa da dívida municipal.

Por fim, cumpre enfatizar que o presente Projeto de Lei Complementar não configura renúncia de receita, uma vez que os descontos previstos incidem exclusivamente sobre multas e juros, ou seja, sobre encargos moratórios, não alcançando o valor principal dos tributos nem a respectiva atualização monetária.

Diante de todo o exposto, confiante na relevância, na legalidade e no interesse público da proposta, submete-se o presente Projeto de Lei Complementar à apreciação dessa Augusta Casa Legislativa, esperando-se sua aprovação integral, em regime de **URGÊNCIA**.

Ribas do Rio Pardo/MS, 04 de setembro de 2026.

ROBERSON LUIZ MOUREIRA
PREFEITO MUNICIPAL

À Excelentíssima Senhora

Tania Maria Ferreira de Souza

Digníssima Vereadora Presidente da Câmara Municipal de Ribas do Rio Pardo/MS

RIBAS DO RIO PARDO/MS, 04 de Setembro de 2026

Roberson Luiz Moureira
Prefeito(a)



DOC: 1788529751